

## **A crise no sistema de saúde**

Olímpio J. Nogueira V, Bittar  
Médico, professor-doutor com  
livre-docência em saúde pública  
São Paulo, SP

A mídia, em todas as suas formas, reserva lugar de destaque para a crise no sistema de saúde brasileiro. Os hospitais têm se mantido em evidência por aspectos negativos, como as mínimas condições dos serviços de urgência, de ambulatório e de internação. As causas são claramente mencionadas: falta de pessoal, falta de material, falta de leitos, orçamento pequeno, enfim faltam recursos. É preciso que se exercite pensar o sistema como um conjunto de unidades, centros de saúde, unidades mistas, hospitais de diversos portes, além de outras modalidades, como é o caso do atendimento domiciliar, organizado por níveis de atenção – primário, secundário e terciário – com programas e serviços voltados à prevenção da doença, promoção da saúde, diagnóstico, tratamento e reabilitação. A demanda da população por determinado equipamento, ou nível de atenção, varia, aumentando de quantidade, do nível terciário para o primário, o que permite que se regionalize o sistema, ou seja, um hospital terciário dando retaguarda a hospitais secundários, que, por sua vez, dão retaguarda a outras unidades de saúde. Essa é a construção teórica do sistema. Na prática, nem a população procura o sistema nessa ordem, nem o sistema distribui os equipamentos de forma eqüitativa, ocorrendo que casos simples sejam atendidos pelo nível secundário e terciário, sobretudo nas unidades de emergência, sobrecarregando-as e refletindo diretamente no aumento de custos. Pesquisas demonstram que, em média, 80% dos casos atendidos nas unidades de saúde podem ser resolvidos com um bom exame clínico – tempo suficiente para paciente e profissional se comunicarem

– e/ou prescrição de procedimentos simples. As causas dessa distorção são culturais (sentimento de que se terá melhores cuidados em hospital terciário), políticas de distribuição de recursos e a capacidade de administração e logística da rede que às vezes leva atendimento insatisfatórios advindos de dificuldades com profissionais, equipamentos, material de consumo. Especialmente a rede pública é afetada pela ausência de autonomia, requisito fundamental para planejar, coordenar e controlar recursos humanos e materiais para atender com rapidez e economia as necessidades de uma empresa complexa como é o hospital. É a falta de autonomia que impede os administradores de praticar uma política de recursos humanos condizente com as atividades dos profissionais, a contratação e demissão de pessoal, o investimento em treinamento e reciclagem, a colocação de material de consumo, medicamentos e equipamentos de acordo com o planejamento e as necessidades emergenciais que ocorrem. As soluções para tais situações passam pelo desenvolvimento de políticas educacionais com foco em duas frentes: para a comunidade, com a inclusão no currículo escolar das práticas de prevenção e promoção de saúde, além de informações sobre o funcionamento do sistema e como e onde começar a procurar atenção. Para os profissionais de saúde, a política deveria contemplar a formação de generalistas que saíssem da escola aptos a aceitar e resolver os 80% dos casos com a simplicidade que eles requerem. Com essas medidas, teríamos melhor aproveitamento das unidades simples e mais próximas do local da residência, isto é, dentro da

própria comunidade, contribuindo para eliminar grande parte do desperdício que ocorre com excessivo número de pedidos de exames laboratoriais, exames por imagem (raios-X, ultra-som, ressonância magnética), e custos com medica-mentos desnecessários. Para os profissionais, é imperioso que se deixe claro quais competências devem ser desenvolvidas,

técnicas, administrativas e culturais para a segurança do seu exercício. Assim se formam profissionais para as necessidades do País.

É importante reforçar a questão do financiamento da saúde, suas fontes e a criação de consenso sobre as prioridades quanto a cobertura e qualidade da assistência, o que cabe à sociedade e aos poderes constituídos.

*Idéias, opiniões, observações e informações sobre quaisquer temas serão bem acolhidas e na medida do possível publicadas – na íntegra ou, por razões de espaço, em seus tópicos principais. Só serão consideradas as correspondências com nome, n*  
o - da cédula de identidade, endereço completo e telefone do remetente. Originais não serão devolvidos. E-mail: opi-niao@gazetamercantil.com.br

*Idéias, opiniões, observações e informações sobre quaisquer temas serão bem acolhidas e na medida do possível publicadas – na íntegra ou, por razões de espaço, em seus tópicos principais. Só serão consideradas as correspondências com nome, n*  
o - da cédula de identidade, endereço completo e telefone do remetente. Originais não serão devolvidos. E-mail: opi-niao@gazetamercantil.com.br